

RESUMO

O objetivo desta dissertação é apresentar e analisar o papel desempenhado pelo Abrigo do Cristo Redentor no contexto da política assistencial do Governo Vargas, especificamente nos anos de 1936 a 1945. Inaugurado na Zona Norte do Rio de Janeiro em dezembro de 1936, inicialmente este Abrigo possuía como principal objetivo a “reabilitação” de mendigos e menores através do trabalho, contando com oficinas instaladas nas suas dependências para esse fim, além da concessão de cuidados “espirituais” e de saúde. A criação desta entidade assistencial foi resultado da mobilização de Rafael Levi Miranda (1895-1969) e da sua articulação com elites políticas e ordens religiosas católicas. Ao longo dos seus primeiros anos, a instituição expandiu as suas atividades assistenciais, ampliando consideravelmente o seu escopo de atuação, através de departamentos espalhados em diferentes localidades da Capital Federal: Instituto Profissional Getúlio Vargas, Escola de Pesca Darcy Vargas, Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas, Aprendizado Agrícola Sacra Família e Instituto Natalina Janot. Desta forma, ao final do Estado Novo, o Abrigo do Cristo Redentor constituía um verdadeiro complexo assistencial-educacional, sem similar no país. O argumento central deste trabalho é que o protagonismo e a especificidade desta instituição assistencial no contexto do Primeiro Governo Vargas devem ser compreendidos pela clara e definitiva associação com as políticas varguistas de educação, de assistência e de incorporação via trabalho, e mesmo de mobilização para a Segunda Guerra. A análise empreendida sobre o funcionamento do Abrigo do Cristo Redentor, sobre a dinâmica do Conselho Nacional de Serviço Social, órgão vinculado ao Ministério de Educação e Saúde, na decisão sobre o financiamento público às instituições filantrópicas assistenciais e sobre as estreitas relações do Abrigo com elites médicas e com a Igreja Católica avalizam tal argumento.